



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Ao Senhor
Presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Goiás
5ª Avenida, 1.213 - Setor Universitário
GOIÂNIA - GO



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ofício nº 9470 - S.

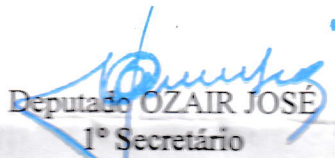
Goiania, 06 de dezembro de 2005.

Ao Senhor
Presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Goiás
5ª Avenida, 1.213 – Setor Universitário
GOIÂNIA - GO.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Sa., para conhecimento, cópia anexa da proposição, nº 3.887, de autoria do nobre deputado Fábio Tokarski, aprovada em sessão realizada pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, no dia 30 do mês próximo passado.

Atenciosamente,

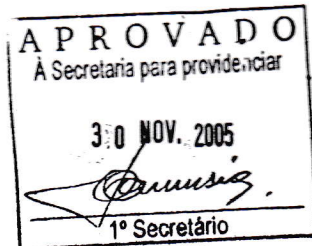

Deputado OZAIR JOSÉ
1º Secretário



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Gabinete do Professor **Fábio Tokarski**

3-887



REQUERIMENTO Nº _____ DE _____ OUTUBRO DE 2005

Ao Exmo. Deputado **SAMUEL DE ALMEIDA**,
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás

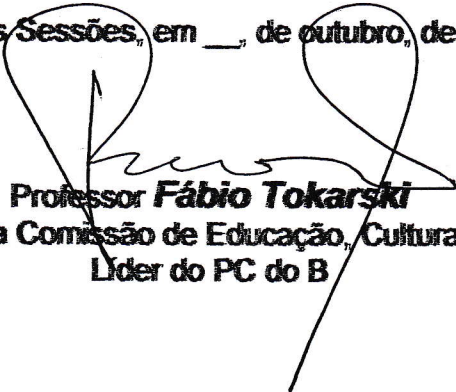
Sr. Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis requer, de acordo com o Regimento, que Vossa Excelência faça constar nos anais desta Assembléia Legislativa a nota da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás - **POR QUE PARAR A UFG? NOTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA-**, bem como as **REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES.**

Solicito também o envio de cópia desta proposição para a ADUFG - 9ª Avenida, 193, Vila Nova, CEP: 74643-080. Goiânia - Goiás - Fones: (62) 202-1280 e 202-2586. Fax: (62) 202-2641, para o SINTUFG - Quinta Avenida, nº 1213 - Setor Universitário - Goiânia - Goiás - Fones: 261- 4465 Fax: 261-2149, e para a Reitoria da UFG.

Para a apreciação do presente requerimento, solicitamos o regime de urgência e preferência.

Sala das Sessões, em __, de outubro, de 2005


Professor **Fábio Tokarski**
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Líder do PC do B

JUSTIFICATIVA

Os colegas docentes da UFG encontram-se mobilizados em campanha salarial e por melhores condições de trabalho e em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa mobilização merece o apoio desta casa de Leis.

POR QUE PARAR A UFG? NOTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Os professores da UFG estão realizando várias assembleias para tomar posicionamento sobre a mobilização que acontece nacionalmente, com o objetivo de pressionar o Governo Federal. Estamos reivindicando reposição das perdas salariais, a incorporação das gratificações ao nosso vencimento básico, além da implantação imediata de uma nova carreira docente, o que já deveria ter sido feito há muito tempo.

A princípio, é possível pensar que tudo isso diz respeito somente aos professores, como se pode dizer o mesmo em relação às reivindicações dos servidores. Mas representa muito mais. Ao longo de décadas, sucessivos governos trataram com descaso não somente as Universidades Públicas brasileiras, mas também os professores universitários e os servidores técnico-administrativos. O serviço público, de uma maneira geral, tornou-se vítima da chamada "liberalização" que acompanhou a onda de desestatização nos anos 80 e 90 e perdura até hoje com conseqüências ruins para a nossa sociedade e para o desenvolvimento brasileiro.

No caso das Universidades brasileiras, devem-se acrescentar as tentativas – por vezes disfarçadas, às vezes bem nítidas – de reduzir recursos para empurrar as instituições e seus profissionais em direção a parcerias privadas. No caso dos professores, o arrocho salarial estimula atividades fora da Universidade, gerando uma sobrecarga que passou a refletir no desempenho dos profissionais e no cotidiano da Universidade. O ânimo reduzido configura um quadro que ainda não chegou ao seu estágio crônico, mas que exige de todos uma reação para que não sejamos coniventes com a transformação da Universidade Brasileira, e da nossa em particular, em um portentoso "escolão" por onde se passa rapidamente e descompromissadamente.

Para justificar a nossa importância, temos incansavelmente demonstrado o desempenho da pesquisa científica nas Universidades Públicas e a competência dos nossos professores e pesquisadores em atingir graus de excelência em suas áreas de conhecimento, apesar das condições

insuficientes de seus laboratórios e das péssimas instalações em boa parte de nossas instituições, por absoluta falta de recursos para investimentos.

Mas todo tem um limite, até porque a inteligência nos dias atuais tem um preço bastante elevado e não falta quem queira pagar por isso em grandes empresas, corporações nacionais ou internacionais que sabem o valor das pesquisas científicas e onde encontrar os principais cérebros. Da mesma forma, Universidades privadas, que receberam beneplácitos de governos que pouco investiram nas Universidades Públicas, pagam salários duas vezes maiores do que ganha um doutor nas Instituições Federais de Ensino, muito embora para a maioria dessas escolas privadas a educação seja um mero negócio.

Também já cansamos de citar exemplos de países que saíram da condição de pobreza para tornar-se destaque na economia mundial, com um alto grau de desenvolvimento a partir de um profundo investimento em educação, ciência, tecnologia e na valorização de seus profissionais e nos frutos de seus desempenhos. Isso é o que faz transformar uma Nação, torná-la rica e com melhor distribuição de renda.

Por tudo isso, entendemos que nossa luta, claramente em defesa de nossos direitos, não pode ser caracterizada como meramente corporativa, pois dela sairá o perfil do profissional e da Universidade que desejamos, essencial na formação de nossos alunos e fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Para ser mais completo, nosso esforço deve ser canalizado também para as mudanças propostas no projeto de Reforma do Ensino Superior. Nesse particular, a autonomia administrativa e financeira das universidades, e a elaboração de uma nova carreira para os professores e técnico-administrativos assumem uma importância fundamental na definição da nova Universidade. Por isso, iremos inserir os debates sobre a Reforma Universitária em nossa agenda de mobilizações, definindo os pontos que são mais importantes de serem assegurados e nos contrapondo a eventuais propostas que desvirtuem o conceito básico de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Contamos com o seu apoio nessa luta que acreditamos ser de todos nós.

Vamos parar a Universidade para que ela continue viva.

A diretoria da Adufg

REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES

- Ampliação, já, dos incentivos à titulação, combinada com a incorporação integral das gratificações, GAE, GEAD e GED, a ser concretizada durante o atual governo;
- Concessão da GED plena a aposentados e instituidores de pensão, a partir de janeiro de 2005;
- Transformação do atual GT-MEC, quando do encerramento do debate dos temas em pauta, em GT-Carreira, para implantação de nova Carreira Docente em seis meses;
- Criação, já, das categorias de professor associado (ensino superior) e especial (ensino básico), sem detrimento da discussão sobre a nova Carreira Docente;
- Re-implantação do mecanismo de anuênios;
- Reposição de 18% (perda inflacionária de 2004) e definição de política salarial de longo prazo;
- Implantação de mecanismos de avaliação do trabalho individual docente que considerem sua contribuição à pesquisa, ao ensino e à extensão, com a utilização dos resultados da avaliação como elemento do processo de progressão na carreira docente, a ser repensado;
- Contratação de docentes para as IFES, repondo as vagas em aberto e ampliando o quadro docente, de forma a revitalizar as IFES.